



ARTIGO 5º - INCISO II - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Autor(res)

Cleidimar Silva Franca Rezende
Emanoel Da Silva Ramos

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

O princípio da legalidade é previsto pela Constituição de 1988 e está descrito no inciso II do artigo 5º. Esse artigo da Constituição tem o objetivo de assegurar uma vida digna, livre e igualitária a todos os cidadãos do país.

O princípio da legalidade é uma das bases da nossa Constituição, pois protege o cidadão de ações abusivas do Estado. Isso porque o princípio garante o respeito à lei: o cidadão é livre se agir conforme a legislação e o Estado pode apenas adotar condutas previstas em lei.

O artigo 5º, em seu inciso segundo, afirma que:

Inciso II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Este inciso trata do princípio da legalidade, que é uma das bases de um Estado de Direito – um Estado regido por leis e não por meros caprichos dos governantes. Segundo esse princípio, as pessoas podem fazer tudo aquilo que a lei não impede e o Estado pode fazer apenas aquilo que a lei permite.

Objetivo

O artigo tem como objetivo analisar o princípio da legalidade no âmbito do Direito de Estado e o Direito do Cidadão.

Material e Métodos

Realizou-se uma revisão narrativa de literatura, com diferentes tipos de documentos (artigos, teses, dissertações e textos). Esse tipo de método permite uma ampla descrição sobre o assunto, mas não esgota todas as fontes de informação. Sua importância está na rápida atualização dos estudos sobre a temática.

Optou-se pela descrição panorâmica dos tipos de revisão encontrada: revisão narrativa, estado da arte, revisão sistemática, meta-análise, revisão integrativa e metassíntese.

Resultados e Discussão

Um princípio é a base ou, como o próprio nome diz, o início de tudo. No mundo jurídico, um princípio é uma ideia que sustenta outras normas. Então, podemos concluir que o legislador definiu a legalidade como um princípio que



3ª MOSTRA CIENTÍFICA

Anhanguera



sustenta todo o ordenamento jurídico brasileiro. Isso significa que as nossas leis são criadas sempre levando em conta essa ideia. Outro exemplo de princípio da nossa Constituição é o da isonomia, segundo o qual todos são iguais perante a lei.

No segundo exemplo, fica claro como o poder do Estado é limitado pela lei. Como não existe nenhuma lei determinando onde se deve atravessar a rua, o Estado não pode punir aquele que atravessar fora da faixa. Como explicamos, uma punição nesse caso seria arbitrária, pois representaria uma vontade da autoridade e não o cumprimento de uma norma legal.

Conclusão

Podemos analisar através dessa pesquisa o princípio da legalidade, portanto, Segundo esse princípio, nós não precisamos fazer ou deixar de fazer nada, a não ser que exista uma lei determinando o contrário. Esse princípio surgiu há séculos e já faz parte das Constituições e leis do Brasil há muitos anos.

Referências

CF88 – Art. 5º, II (Princípio da Legalidade)

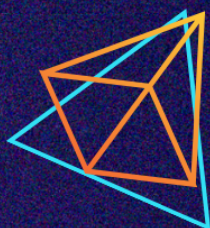
Jusbrasil – O Estado Democrático de Direito à luz da Constituição Federal de 1988

O princípio da legalidade e sua influência na aplicação da pena

Jusbrasil – O princípio da legalidade e suas contribuições ao direito penal brasileiro

A evolução do princípio da legalidade e o controle jurisdicional da discricionariedade administrativa – José Sérgio da Silva Cristóvam

3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera